

Multifuncionalidade no meio rural: estratégias de permanência do homem do campo na microrregião de Itabaiana/SE

Autores: Adelli Carla Silva Nascimento (UFS) adelli_csn@hotmail.com, Celso Donizete Locatel (UFRN) celoennes@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o Agreste Nordestino do Brasil sempre foi/é muito expressiva a produção agrícola, e esta abastece o litoral do Nordeste, bem como outras áreas, tanto no Brasil como no mundo. No Estado de Sergipe não ocorre de maneira diferenciada, no Agreste sergipano há uma grande produção agrícola, em especial na Microrregião de Itabaiana, e esta abastece, principalmente, as feiras da capital Aracaju.

Todavia, devido ausência de políticas públicas que valorizem o espaço rural e assegurem o homem no campo apenas com a sua produção agrícola, este tem procurado algumas alternativas para aumentar sua renda, e permanecer no meio rural, dentre estas alternativas temos as atividades não-agrícolas. E, através da multifuncionalidade, o campo passa a adquirir “novas feições”, atividades antes tidas como tipicamente urbanas passam a adentrar o rural, passando a diluir cada vez mais a linha demarcatória existente entre o campo e a cidade.

No Nordeste do Brasil, assim como no Agreste Sergipano ainda é, e continuará sendo, muito expressiva a agricultura no campo. Porém, em decorrência das mudanças apresentadas pelo meio rural, ao longo das últimas décadas, principalmente no tocante a multifuncionalidade deste, o presente trabalho objetiva apontar como a agricultura, embora continue tendo um importante papel, já não constitui-se na única possibilidade de ocupação e de renda no campo.

Em decorrência da entrada do capitalismo no campo, com a territorialização em alguns segmentos agrícolas, com a manutenção de latifúndios como reserva de valor, com a tecnificação do processo produtivo e com a monopolização da circulação de produtos agrícolas e insumos, ocorreram algumas mudanças na relação homem-meio rural. Essas mudanças implicaram na emergência de novas estratégias para a obtenção de renda por parte das famílias de trabalhadores rurais, devido a grandes dificuldades financeiras geradas pelo novo modelo de agricultura capitalista, que passou a predominar no país a partir da década de 1970. Muitos migram para as cidades em busca de melhores condições de vida, outros tentam lidar com as dificuldades e permanecem no campo.

A modernização agrícola, onde ela foi implantada, trouxe para o trabalhador rural o desemprego ou a proletarização, fazendo com que muitos passassem a trabalhar não como assalariados permanentes, com as garantias trabalhistas, mas como diaristas, aumentando o nível de exploração da força de trabalho existente neste meio.

O presente trabalho objetiva apontar como a agricultura, embora continue tendo um importante papel, já não constitui-se na única possibilidade de ocupação e de renda. Além desse objetivo geral, temos como objetivos específicos compreender a multiplicidade de funções existentes no espaço rural da MRG de Itabaiana, assim como verificar quais os meios que levam a estruturação de atividades não-agrícolas, através da territorialização do capital no espaço rural; identificar os “novos tipos de ocupação” rurais não-agrícolas na microrregião em questão; analisar as estratégias de trabalho adotadas pelas famílias de moradores rurais para a reprodução social e; identificar dentre os agricultores, quais desenvolvem atividades não-agrícolas para a

complementação de renda familiar.

A multifuncionalidade do espaço rural a priori fora observada nos países desenvolvidos, entretanto tem se destacado no Brasil. Todavia, ainda é notória a escassez deste tipo de pesquisa em nosso país, em especial no nordeste. Por isso torna-se necessário um conhecimento mais abrangente a respeito da complexidade que gira em torno das atividades geradoras de renda no meio rural sergipano, para que possamos apreciar os impactos dessas transformações no emprego e nas formas de ocupação do trabalho em áreas rurais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O desenvolvimento do capitalismo no campo é uma realidade que assola todo o mundo e, em decorrência desta penetração têm-se, conseqüentemente, a proletarização do trabalhador rural e, como ressalta Singer (1977, p.1), é sabido que o capital só pode se assenhorar de um ramo de atividades, separando o produtor direto de seus meios de produção. Nesse sentido, é inevitável, portanto, que a penetração do capitalismo na agricultura brasileira despojasse o camponês de seu acesso direto a terra, transformando-o de produtor independente em assalariado.

Todavia, no modo de produção capitalista, mesmo havendo a concepção de que o capital torna o homem do campo “livre”, tanto no sentido de sem propriedade como sem entraves à sua mobilidade, ocorre contraditoriamente à venda sistemática e contínua de sua força de trabalho, por consideráveis períodos de tempo, a uma mesma unidade de produção. Desse modo o processo de produção capitalista é uma sucessão de ciclos que se entrelaçam continuamente, e essa continuidade é imprescindível tanto para a reprodução do capital quanto para a força de trabalho.

Este processo pressupõe que o trabalhador entre numa série de relações contratuais a prazo – aluguel de casa, escola para os filhos, compre a prestações – que requerem um fluxo contínuo de renda. Sendo assim, uma relação de emprego que se faz, desfaz e refaz em intervalos curtos e irregulares – como, por exemplo, o trabalho temporário dos “bóias-frias” – não pode constituir uma base adequada para a reprodução “normal” da força de trabalho.

Entretanto, ainda para Singer (1977), apesar de tudo isso, a proletarização do trabalhador rural no Brasil, não redundava na multiplicação dos assalariados permanentes nas fazendas, mas na transformação da maioria dos colonos, parceiros e moradores em trabalhadores diaristas ou “volantes”.

Na realidade esta anomalia tem raízes mais profundas no próprio processo de transformação capitalista da agricultura brasileira. Embora a parceria e o colonato, bem como o assalariado permanente possam ser compatíveis com a agricultura capitalista, é o assalariado intermitente o que permite maximizar a taxa de exploração (GONZALES e BASTOS, 1975 Apud SINGER, 1977, p.2).

Nesse sentido, Singer (1977) destaca que ao romper as relações tradicionais de produção, nas quais o trabalhador por assim dizer auto-reproduz sua força de trabalho, ao produzir grande parte de sua subsistência, o capital suscita uma oferta abundante de mão-de-obra, totalmente dependente do salário monetário para sobreviver. E, mesmo na condição de assalariado temporário, o trabalhador embora raramente deixe o emprego, não adquirem direitos e por isso pode ser mandado embora a qualquer momento, sem ônus financeiro para o empregador.

Segundo Marques (1994/5), embora, nos últimos anos, se encontre em expansão em alguns países e noutros se mostre relativamente estável, as atividades não-agrícolas não é um fenômeno novo no mundo rural. O exercício dessas atividades, mesmo no seio de famílias camponesas, não é sequer resultante da industrialização, tendo assumido uma expressão significativa, mesmo nos tempos anteriores à célebre industrialização oitocentista e á conseqüente transferência do centro de gravidade da produção material do campo para a cidade. A pluriatividade (que mescla atividades agrícolas e não-agrícolas no trabalho realizado pela família em múltiplas funções) encontra as suas origens remotas na divisão do trabalho interior à família tendo por base o gênero, a idade dos seus membros ou a repartição dos poderes.

Para Schneider (1994, p. 131) “o debate sobre a pluriatividade ou sobre as forma alternativas de desenvolvimento rural (ou seja, a partir de atividades não-agrícolas) e reprodução da agricultura familiar, no Brasil, corre o risco não só de “chegar em atraso” mas, simplesmente de “ não chegar jamais”. O que reafirmaria a certeza de que o caráter atrasado de nossa estrutura agrária necessita, urgentemente, de reformas. Tanto isso é verdadeiro que, na região onde houve um processo de colonização baseado em pequenas propriedades, foi possível moldar um ambiente social e econômico que tem permitido estratégias alternativas de reprodução dos agricultores, sem despejá-los de suas propriedades e, ao mesmo tempo, garantir-lhes formas complementares de obtenção de rendas”.

Todavia, segundo Tedesco (1999), no Brasil está começando a se verificar um processo de desconcentração espacial da indústria e da urbanização, mesmo em regiões onde a estrutura agrária permanece altamente concentrada. Graziano da Silva e Del Grossi (1997) corroboram tal afirmação ao revelarem que a região sudeste possui uma proporção maior da população ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural, ao passo que o sul apresenta a menor proporção entre as regiões brasileira, embora seja a que possui maior população residente e pequenas propriedades na zona rural e, também uma industrialização mais desconcentrada.

Teixeira (1996, p.142) afirma que

a tendência é a crescente importância de outras atividades em detrimento da atividade agrícola. Isso pode ser explicado como uma conseqüência das políticas de modernização agrícola adotadas pelo Estado a partir da década de 1960, nas quais o segmento de pequenos produtores não foi privilegiado. Portanto, ao não encontrar meios de obtenção de renda com a produção agrícola, a família rural se volta para o artesanato, o comércio e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico e suprir as necessidades familiares.

Segundo Chayanov, (1974, p.101),

ao não encontrar emprego na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta para o artesanato, comércio e outras atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção.

Os altos índices de desemprego rural ou urbano, e a falta de terra para o cultivo, fazem com que a população passe a buscar alternativas que possibilitem sua sobrevivência. Isto provoca uma reversão nos papéis tradicionais do urbano e do rural: enquanto que, na área urbana e periurbana elas se constituem em atividades agrícolas que além de produzir alimentos, representam importantes fontes de renda (PEREIRA,

2000, p.1).

Segundo Teixeira (2000) a ausência de meios que levem ao desenvolvimento agrícola no campo, tem levado o homem a buscar diversas estratégias para sobreviver, entre estas destaca-se:

1 A migração pendular de alguns membros da família para trabalhos na cidade, sobretudo de caráter informal que exigem baixo nível de qualificação e escolaridade;

2A venda da propriedade para pessoas da cidade (neo-rurais) que passam a explorá-la de maneira tanto produtiva, como não-produtiva, através do lazer e da exploração turística;

3 A prestação de serviços para esses neo-rurais, como caseiros, jardineiros, empregadas domésticas, entre outras;

4A combinação da atividade agrícola com a não-agrícola na própria localidade, em função do aumento do setor de serviços e infra-estrutura no meio rural.

Inicia-se uma nova fase, na qual se redefine o papel da agricultura como base da vida econômica e social, havendo uma ruptura entre a “antiga” sociedade rural e o seu principal setor econômico (agrícola), e essa quebra manifesta-se no crescimento das atividades e ocupações rurais não-agrícolas, como também nas mudanças culturais, sociais e econômicas. Portanto, restringir o espaço rural à agricultura significa reducionismo, e as relações que hoje se apresentam no meio rural comprovam tal afirmação. Não significa que o agrícola perdeu sua importância, o que se verifica é um processo de diversificação produtiva nestes espaços.

Assegura Scheneider (1999) que através da pluriatividade e dos empregos não-agrícolas nas indústrias, a população do meio rural vem elevando seu poder aquisitivo e passando a demandar uma variada gama de bens de consumo. Um dos sinais mais notáveis desse renascimento rural pode ser constatado no crescimento acelerado da construção de novas moradias no meio rural. Na década de 1980 aumentou significativamente o número de residências novas construídas em propriedades rurais. Em geral essas casas são habitadas por famílias recém-constituídas por casamentos entre filhos de agricultores que permanecem residindo na propriedade da família. Mesmo apresentando essas transformações, o ambiente social e econômico local continua a manter suas características rurais.

Graziano Silva (1999 p.153) preocupa-se com a “proletarização total e o abandono da atividade agrícola” pelo turismo rural resultante da atividade não-agrícola, mas assegura que “embora as atividades não-agrícolas deixem de ser complementares e passem a ser a principal fonte de rendas para as unidades familiares pluriativas, isso não significa necessariamente o abandono da atividade agrícola”. As trajetórias possíveis de transformação social são múltiplas e a escolha de permanecer, investir ou sair da agricultura, depende, entre outros fatores, das políticas públicas voltadas para esse segmento.

Não se pode considerar as atividades não-agrícolas como parte de um processo de proletarização que resulta de decadência da propriedade familiar, mas sim como uma etapa de diferenciação social e econômica das famílias agrícolas. (GRAZIANO DA SILVA, 2002 Apud FULLER, 1990).

Segundo Del Grossi (1999, p.222), os ramos que mais empregam os trabalhadores em atividades não-agrícolas são:

O emprego doméstico, que é o líder na absorção de posto de trabalho não-

agrícola no meio rural brasileiro. Esse setor, componente do ramo de prestação de serviços, cresceu de 300 mil pessoas ocupadas em 1981 para pouco mais de 500 mil pessoas em 1992, e para mais de 620 mil pessoas em 1995, representando 15,9% da PEA rural não-agrícola. Em compensação, o setor da construção civil, era o grande líder em 1981, mas perde mais de 300 mil pessoas no período de 1981/95, principalmente nos anos 80, com leve recuperação nos anos 90. Ambos os setores, são conhecidos pelos baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional da maioria dos seus trabalhadores. E em terceiro lugar vêm os estabelecimentos de ensino público, do ramo social. Seguem os setores Comércio de Alimentos, Indústrias de transformação, Restaurantes, Alfaiataria, Administração Municipal, Comércio Ambulante, Indústria de Madeiras, Transporte de Cargas e Assistência Técnica de Veículos. Esses setores ocupam mais de 2/3 da mão-de-obra rural não-agrícola. Os setores acima cresceram no período de 1981/95, com exceção da Construção Civil, indústria de Madeiras e da Alfaiataria.

Entre as principais políticas de geração de renda e emprego poderíamos citar:

- Firmas prestadoras de serviços para a agricultura: terceirizados com especialização em determinadas práticas culturais, processo de embalagem (inclusive de produtos orgânicos) e distribuição à rede varejista, entrega de produtos em domicílio, firmas de colheita, firmas para atender chácaras de lazer (tratamento de piscinas, implantação e tratos culturais em pomares, jardinagem, recuperação de matas, construções rústicas com matéria-prima local, etc.).
- Unidades rurais que prestam serviços de lazer: pousadas, pesque-pague, balneários, com prioridade para propriedades agrícolas, por exemplo, na Zona da mata nordestina, para promover o convívio com as famílias de pescadores.
- Produção e comércio de artigos artesanais: redes e rendas, artigos de madeira e de fibras naturais, artigos de arte com motivos do local, doces e compotas, pães e bolos, iguarias delicadas, etc. A idéia aqui seria a diversificação de oferta de produtos e a melhoria da sua qualidade (GRAZIANO, 2002, p. 66)

Para todas essas atividades, a educação, a qualificação e o treinamento das pessoas são fundamentais. A passagem de atividades agrícolas para não-agrícolas não é automática e exige grande esforço de aprendizado pelas pessoas. Enfim, é preciso remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas, sem o quê o desenvolvimento do rural brasileiro está comprometido.

O rural brasileiro está passando por profundas mudanças e o homem do campo está se adequando a estas, através da busca por atividades que gerem rendas e os mantenham na zona rural. As informações anteriormente apresentadas demonstram o crescimento das ocupações não-agrícolas na população rural brasileira. Esse fenômeno não é recente, mas assumiu algumas características peculiares, principalmente na década de 1990. A partir do que fora explanado, podemos perceber que o meio rural precisa de incentivos que o levem ao desenvolvimento, e de políticas públicas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida da população local.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para uma melhor compreensão a respeito do tema em questão foi realizado um

levantamento bibliográfico a partir de obras de autores que são referência no Brasil, tais como: Sergio Schneider (1994/99), Pinsk (1977), João Carlos Tedesco (1999), Graziano Silva (1999), Botelho (1999), Monteiro (1998), Pereira (2000), Marques (1994/95), Gómez (2001) Alentejano (1997) dentre outros.

Em busca de bases mais sólidas para a pesquisa, foram realizados trabalhos de campo, onde elaboramos um questionário contendo dezenove questões relacionadas ao homem do campo, levando em consideração as estratégias de trabalho e reprodução social das famílias rurais. A partir do número de estabelecimentos rurais, foram aplicados 134 questionários nos sete municípios, distribuídos proporcionalmente de acordo com o número de estabelecimentos rurais presente nestes (Tabela 03).

TABELA 03 – MRG DE ITABAIANA: NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS E QUESTIONÁRIOS APLICADOS POR MUNICÍPIOS – 2008.

Municípios	Nº total de estabelecimentos	de % em relação à microrregião	à Nº de questionários aplicados
Areia Branca	900	6,36	11
Campo do Brito	2.151	15,20	18
Itabaiana	4.723	33,40	45
Macambira	720	5,10	8
Malhador	1.441	10,18	13
Moita Bonita	2.612	18,46	24
São Domingos	1.600	11,30	15
Microrregião	14.147	100,00	134

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário, 1996.

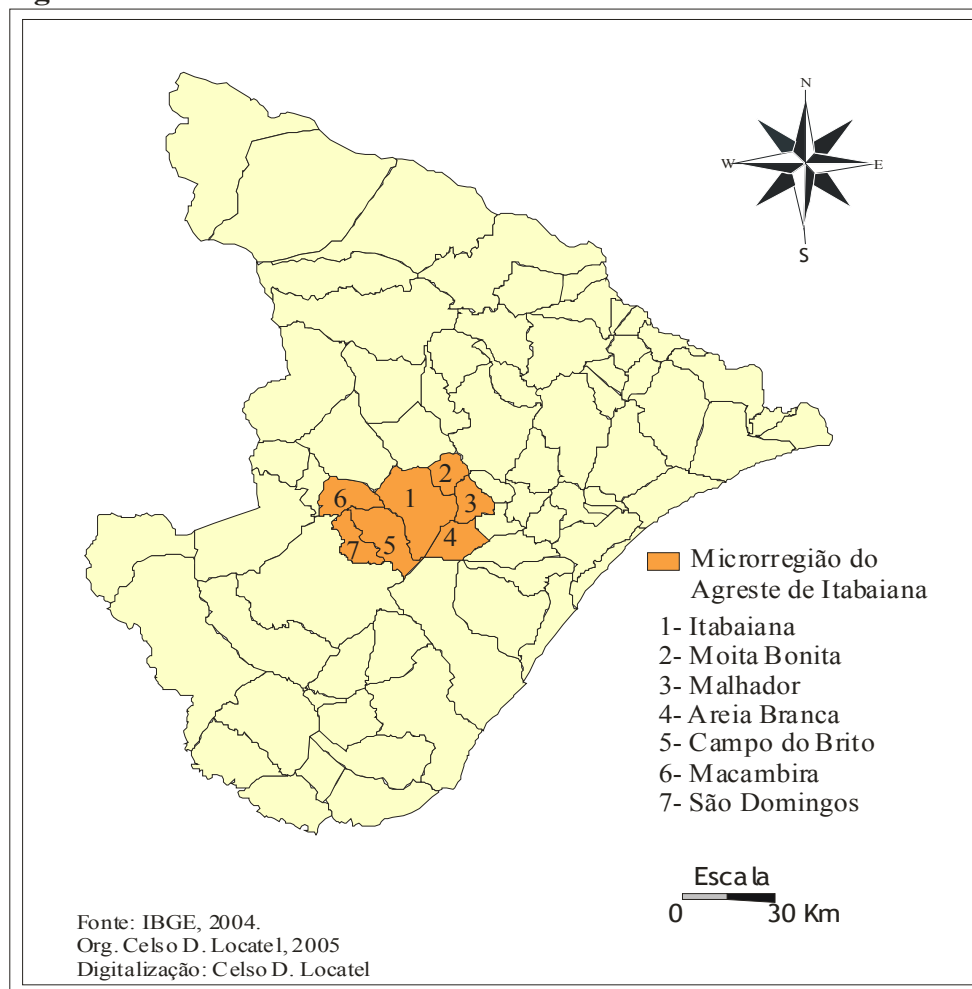
Pôde-se perceber através do trabalho de campo a miserabilidade que assola a MRG, onde a população sobrevive com rendas baixíssimas, muitos em condições subhumanas, sem água encanada em alguns povoados, e na maioria das vezes sem carteira de trabalho assinada, o que não proporciona segurança no emprego e dificulta a questão do acesso aos direitos previdenciários. Pode-se perceber também um alto índice de analfabetismo, tanto entre adultos como adolescentes. E diante da ausência de recursos, é nítida a procura por atividades não-agrícolas, embora alguns municípios apresentem-se com uma expressividade grande na agricultura. Os povoados de Itabaiana mostram-se com uma tendência não-agrícola grande, em alguns não constatamos a presença das atividades agrícolas. A partir dos dados obtidos, fez-se necessário a construção de tabelas, para serem analisadas posteriormente.

Os dados secundários foram coletados no IBGE, sede de Aracaju e também na *Internet*, os mesmos nos possibilitou averiguar o índice de pobreza existente na microrregião, através da análise do IDH, renda da população economicamente ativa, e da ocupação rural, nos possibilitou também, perceber a forte presença de atividades não-agrícolas no meio rural sergipanos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O recorte territorial que está sendo utilizado para o desenvolvimento da pesquisa é a microrregião do Agreste de Itabaiana. A definição desse recorte territorial se deu pelas características apresentadas pela área em questão. A MRG apresenta em sua composição os municípios de: Itabaiana (área de 338,4 km²); Areia Branca (área de 129 km²); Campo do Brito (área de 200,8 km²); Macambira (área de 137,4 km²); Malhador (área de 102,2 km²); Moita Bonita (área de 95,7 km²); e São Domingos (área de 102,3 km²) (Figura 01).

Figura 1 - SERGIPE: MICRORREGIÃO DO AGRESTE ITABAIANA



A vila que deu origem à cidade de Itabaiana, foi fundada em 1698 pelo ouvidor D. Diogo Pacheco de Carvalho, sob a denominação de Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Os demais municípios que compõe a microrregião foram instalados apenas no século XX. A priori, a ocupação das terras se deu a partir da notícia de que havia metais preciosos na serra de Itabaiana, todavia estes nunca foram encontrados. Desde a ocupação, as terras foram utilizadas para a produção agrícola e pecuária, o que persistem até os dias atuais, tendo em vista que o setor industrial é pouco desenvolvido. As atividades agrícolas mais importantes da MRG são o cultivo de: banana, manga, laranja, mandioca e batata-doce (IBGE, 2004). O PIB (Produto Interno Bruto) dos municípios denota a importância do setor agropecuário em detrimento ao setor industrial.

Na maioria dos municípios, mais de 50% da população reside na zona rural, e está sujeita ao elevado nível de pobreza, serviços básicos e infra-estruturas insuficientes, alto índice de mortalidade infantil e baixo IDH. Somente o município de Itabaiana (que possui um total de 76.813 habitantes) o número de habitantes na zona urbana (55.472 hab.) é maior que na zona rural (21.341 hab.), segundo o IBGE (2000). A cidade de Itabaiana apresenta grande destaque pelo seu papel polarizador, exercido pelo fato de apresentar um conjunto de funções urbanas, como: hospitais, escolas, universidade, comércio e serviços.

A microrregião é caracterizada pela vasta produção agrícola que abastece boa

parte do mercado consumidor em particular o litoral. Todavia, mesmo apresentando um caráter agrícola expressivo, este não é suficiente para suprir as necessidades da população que aí reside, fazendo com que o agricultor busque, muitas vezes, novos meios de manter-se no campo através de atividades não-agrícolas que levem a uma maior renda tendo desse modo, a pluriatividades.

Os dados contidos na Tabela 04 deixam visível a miserabilidade dessa microrregião, pois através desta podemos analisar a situação de uma ampla parcela da população que sobrevive com rendas baixíssimas, o que faz aumentar a exclusão social e a pobreza.

TABELA 04 – MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE ITABAIANA:
PERCENTUAL DE POBREZA COM RENDA PER CAPTA ABAIXO DE R\$
37,75 E ABAIXO DE R\$ 75,50 (1991-2000).

Município	Abaixo de R\$ 37,75 (1991)	Abaixo de R\$ 37,75 (2000).	Abaixo de R\$ 75,50 (1991).	Abaixo de R\$ 75,50 (2000).
Areia Branca	33,76	30,75	71,79	66,63
Campo do Brito	41,81	31,74	71,85	57,69
Itabaiana	19,4	20,07	48,77	46,61
Macambira	42,61	34,39	75,68	64,38
Malhador	24,47	34,35	65,52	62,53
Moita Bonita	33,96	35,81	68,92	61,45
São Domingos	30,61	31,87	68,98	63,42

Fonte: Atlas IDH, 2000.

É visível a situação de acentuada pobreza dessa microrregião. Ao analisar os dados da Tabela pode-se observar que o percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$ 37,75 caiu entre 1991 e 2000, no entanto, ainda é muito elevado. Tomando-se como exemplo Itabaiana, verifica-se que mesmo apresentando o menor percentual de pessoas com rendimentos inferiores a R\$ 37,75, o índice ainda era superior a 20% da população do município. Os municípios encontram-se com maior parte da renda per capita abaixo de R\$ 75,50, embora tenha sofrido uma queda relativa no período analisado, o que demonstra melhoras de rendimentos.

Com esses indicadores sociais, o Índice de Desenvolvimento Humano de todos os municípios do Agreste de Itabaiana estão abaixo da média estadual, sendo que o menor índice pode ser verificado no município de São Domingos, que é de 0,594, muito distante dos 0,794 apresentados por Aracaju, em 2000.

Sabendo-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de educação, longevidade e renda, e que este varia numa escala de 0 a 1, a Tabela 05 nos mostra a realidade da MRG.

TABELA 05 – MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE
ITABAIANA: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO - IDH (1991-2000)

Município	1991	2000
Areia Branca	0,534	0,644
Campo do Brito	0,552	0,661
Itabaiana	0,598	0,678
Macambira	0,546	0,649
Malhador	0,546	0,618
Moita Bonita	0,565	0,662
São Domingos	0,486	0,594

Fonte: Atlas IDH, 2000.

Os dados obtidos apontam que entre os anos de 1991 e 2000, a MRG apresentou melhoras no Índice de Desenvolvimento Humano (longevidade, renda e educação), o que nos leva a considerar que houve melhoria nas condições de vida da população residente na área em questão, contudo essa melhoria ainda é pouco expressiva. O município de Itabaiana apresenta o índice mais elevado da MRG, mas apesar de haver uma melhoria em seu desempenho a proporção de pobres ainda é muito elevada (46,61% em 2000). Em contrapartida o município de São Domingos apresenta o mais baixo dos índices dentre os municípios (mesmo tendo um aumento entre os anos apresentados) o que nos mostra o alto nível de pobreza e indigência que há nesse município. Nas últimas décadas, o país registrou um ganho em termos de riqueza material, mas a prosperidade não se divide de maneira igualitária, e a pobreza disseminada, além da desigualdade arraigada, contribuem para negar a uma grande parcela da população o direito de viver como cidadãos propriamente ditos.

A Tabela 06 demonstra a distribuição da população por situação dos domicílios, e evidencia o que fora dito anteriormente a respeito da maior dispersão populacional na área rural na maioria dos municípios.

A partir da análise da Tabela 06 pôde-se perceber que a população da microrregião predomina na zona rural com exceção do município de Itabaiana. Chamando a atenção para Moita Bonita que apresenta o maior número de moradores no rural em comparação ao urbano. Entre os anos de 1980 a 2000 percebemos que a população rural dos municípios manteve-se praticamente estável, exceto Areia Branca que teve um crescimento populacional razoável passando de 5.028 em 1980 para 8.015 no ano 2000.

O contrário ocorreu no município de Itabaiana que houve uma redução dessa população passando de 23.317, em 1980, para 21.341, em 2000. A partir dessa análise podemos presumir que o êxodo rural nesse município foi mais acentuado no intervalo dos anos analisados, pois a população urbana quase dobrou, isso em decorrência da atração e da influência exercida pela cidade de Itabaiana sobre os outros municípios da MRG.

TABELA 06: POPULAÇÃO URBANA E RURAL – 1980, 1991, 2000.

Municípios	Situação do domicílio	Ano		
		1980	1991	2000

Areia Branca	Total
	Urbana
Campo do Brito	Rural
	Total
Itabaiana	Urbana
	Rural
Macambira	Total
	Urbana
Malhador	Rural
	Total
Moita Bonita	Urbana
	Rural
São Domingos	Total
	Urbana
	Rural

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 1980, 1991, 2000.

Na Tabela 07 pode-se observar a população economicamente ativa ocupada, desocupada, inativas e não economicamente ativa.

TABELA 07: CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO AGRESTE DE ITABAIANA, 2000

Municípios	Situação do domicílio	Total	Econ. Ativa	Econ. ativa ocupada	Econ. Ativa desocupada	Não Econ. ativa
Areia Branca	Urbana	5238	2594	1824	770	2644
	Rural	5732	3455	3246	209	2277
Campo do Brito	Urbana	5530	2847	2581	266	2683
	Rural	6338	3652	3355	298	2686
Itabaiana	Urbana	43723	23515	21033	2483	20208
	Rural	16273	9806	9297	508	6467
Macambira	Urbana	1753	919	857	62	834
	Rural	2795	1424	1259	165	1370
Malhador	Urbana	3867	2186	2030	156	1681
	Rural	4942	3086	2945	141	1856
Moita Bonita	Urbana	2914	1788	1683	105	1126
	Rural	5699	3051	2909	142	2648
São Domingos	Urbana	3023	1912	1643	269	1111
	Rural	4148	2844	2788	56	1304

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico, 2000.

A análise dessa tabela corrobora a afirmação de que há maior expressividade no município de Itabaiana das atividades urbanas em detrimento do meio rural, pois enquanto no ano 2000 se tinha 23.515 pessoas economicamente ativas na zona urbana esse número era apenas de 9.806 no rural. Em Areia Branca, por ser um município predominantemente rural, o número de pessoas economicamente ativas na zona rural é superior a urbana, 3.455 e 2.594, respectivamente. E, assim também acontece com as pessoas economicamente ativas ocupadas. Contudo, no que se refere às pessoas economicamente ativas desocupadas o número é superior na zona urbana: 770 pessoas

para apenas 209 na rural.

Isso evidencia que as chances de desemprego na zona urbana são maiores devido a uma maior competitividade no mercado de trabalho (mesmo numa cidade de pequeno porte como é o caso de Areia Branca) e que na zona rural tem mais chances de obtenção de rendas (ainda que precária) devido à possibilidade de poder desenvolver a atividade agrícola, ou ainda a junção de atividades agrícolas e não-agrícolas, quando a agricultura não lhe garante a subsistência familiar.

Assim como Areia Branca, os outros municípios da MRG (exceto Itabaiana) apresentam características semelhantes a esse município.

Os dados contidos na Tabela 08 demonstram que mais de 40% da população rural economicamente ativa da microrregião do Agreste de Itabaiana está inserida em atividades não-agrícolas. Isso mostra a forte presença da pluriatividade na composição da renda familiar. Apesar da não realização de um trabalho de campo específico para visualizar a pluriatividade, através dos dados da Tabela sabe-se que boa parte da renda dos trabalhadores da MRG advém de atividades agrícolas e atividades não-agrícolas, onde muitas vezes estas últimas são exercidas no núcleo urbano das cidades.

TABELA 08 - MICRORREGIÃO DO AGRESTE DE ITABAIANA: OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL

Setores e Atividades Econômicas	número	%
Total	25.809	100
1.Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	17.076	66,16
2.Pesca	33	0,13
3.Indústrias extrativas	74	0,29
4.Indústrias de transformação	1.722	6,67
5.Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	20	0,08
6.Construção civil	880	3,41
7.Comércio de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.888	7,32
8.Alojamento e alimentação	287	1,11
9.Transporte, armazenagem e comunicações	846	3,28
10.Int mediação financeira	-	
11.Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços	110	0,43
12.Administração pública, defesa e seguridade social	575	2,23
13.Educação	602	2,33
14.Saúde e serviços sociais	110	0,43
15.Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	235	0,91
16.Serviços domésticos	863	3,34
17.Organismos internacionais e outras instituições	-	
18.Atividades mal especificadas	489	1,89

Fonte: FIBGE: Censo Demográfico, 2000 e MTE, 2000.

É basicamente a partir das atividades econômicas citadas na Tabela acima, que se compõe o PIB *per capita* dos municípios da MRG. Ao analisá-lo podemos constatar que o resultado é baixo, mesmo apresentando crescimento entre os anos de 2002 e 2005, como consta na Tabela 09.

TABELA 09 – PIB *PER CAPTA* DOS MUNICÍPIOS DO AGRESTE DE ITABAIANA, 2002 E 2005 (Em R\$).

Municípios	PIB <i>per capita</i> (R\$)-2002	PIB <i>per capita</i> (R\$)-2005
------------	----------------------------------	----------------------------------

Areia Branca	2547	3622
Campo do Brito	2287	3259
Itabaiana	2846	4910
Macambira	2575	3142
Malhador	2203	2827
Moita Bonita	2097	3003
São Domingos	2528	3566

Fonte: FIBGE, Produto Interno Bruto dos municípios, 2002-2005.

Como exemplo, podemos citar o caso de Malhador que, em 2002, tinha um PIB *per capita* de R\$ 2.203,00 e, em 2005, era de R\$ 2.827,00, e Itabaiana que apresentou maior crescimento se comparado aos outros seis municípios (mas não significando isso um crescimento elevado), passando de R\$ 2.846,00, em 2002, para R\$ 4.910,00, em 2005.

Os levantamentos de dados primários nos possibilitou a identificação de empregos não-agrícolas, e através da observação direta e de conversas com a população local, pudemos averiguar a instalação de novos empreendimentos capitalistas no meio rural, pudemos notar também a grande importância, para a população rural da MRG, da mandioca e seus derivados, em especial a farinha, que desde os tempos remotos fora cultivada em solo sergipano, sendo que a maior parte era exportada para a Bahia e Pernambuco. Atualmente, mesmo diante de uma queda relativa em relação à produção de farinha, ainda há uma grande importância desse alimento para o meio rural, todavia a produção sergipana de mandioca não atende às demandas das casas de farinha. Assim, em vários municípios que produzem a mesma, recorre-se à matéria-prima de outros estados, a exemplo da Bahia. Entretanto, a farinha produzida em Sergipe é exportada para a própria Bahia, Pernambuco, Alagoas e São Paulo.

O produto exportado é proveniente principalmente do município de Lagarto, sendo que o município de Itabaiana é responsável por 70 % da comercialização da farinha de mandioca consumida em Sergipe (IBGE, 2000). É grande a população do campo que sobrevive das casas de farinha no estado, seja o agricultor, o proprietário e os trabalhadores das casas de farinha, o atravessador, o feirante, além dos municípios e o Estado que arrecadam impostos pela sua produção e comercialização. Assim, a mandioca ajuda a movimentar a economia sergipana. Existem muitas casas de farinha espalhadas pelo interior, somente em São Domingos (na região da grande Itabaiana) são mais de trezentas.

Observamos também a presença de outras atividades não-agrícolas, como a produção de castanha. A castanha *in natura* é proveniente de outros estados principalmente do Piauí, a produção do município vai para cidades da Bahia, do Rio de Janeiro, de Alagoas, além de Brasília, São Paulo, Santos, Guarujá e outras localidades do sul do país. Famílias inteiras participam do processo de produção, que apresenta-se da seguinte maneira: a castanha é deixada ao sol, em grandes áreas calçadas, depois torradas, descascadas e limpas, antes da seleção qualitativa. Os trabalhos são diurnos e noturnos. No Povoado Carrilho, a 6 km de Itabaiana, as famílias envolvidas nesse processo de produção e comercialização contando com o auxílio de trabalhadores assalariados temporários, com pagamentos semanais pelo trabalho realizado.

Além dessas atividades não-agrícolas, constatamos a presença de mercearias, motéis, postos de gasolina, restaurantes, lojas de acesso à internet, enfim atividades antes tidas como tipicamente urbanas e que tem adentrado cada vez mais o rural.

Pode-se perceber na Figura 02, que representa a organização espacial do Povoado Saco Torto, no município de Malhador, e na Figura 03, Povoado Rio das

Pedras, no município de Itabaiana, que o homem do campo tem buscado meios que permitam a sua sobrevivência e permanência no meio rural. Essa busca tem ampliado o surgimento de atividades não-agrícolas nesses povoados, e na maioria dos casos essas atividades deixou de ser o emprego secundário (apenas para a complementação da renda) e passou a ser a atividade principal.

Além desse aspecto do surgimentos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, pode-se notar também a ocorrência da contratação de empregados domésticos pelos proprietários rurais mais abastados. Pudemos perceber a multiplicidade de funções existentes no campo hoje, seja pela comodidade de não ter que sair diariamente de suas localidades em busca de trabalho, comprar mantimentos ou até mesmo entretenimento, seja pela busca por atividades rentáveis que levem o homem a obter uma vida menos oprimida, as atividades não-agrícolas crescem cada vez mais no meio rural, e por meio deste percebemos a multifuncionalidade do espaço rural, que possibilita a permanência do homem no campo.

Nesse mesmo sentido, ao analisar a Tabela 10, resultado da sistematização de dados de campo, podemos perceber a presença das atividades não-agrícolas na microrregião em questão.

Através desta análise podemos notar a presença das atividades não-agrícolas, que são desenvolvidas para a complementação da renda familiar. Entre as atividades identificadas na área de estudo, a produção de castanha ganha destaque, uma vez que, num universo de 225 pessoas empregadas em atividades não-agrícolas, que fazem parte das famílias alvo da aplicação dos questionários, 55 destas pessoas, ou seja, 24,5% estão ocupadas na produção de castanha de caju. Outra atividade que ganha destaque, entre as ocupações, do universo pesquisado, é a atividade ceramista, que emprega 20,4% das pessoas que desenvolvem atividades não-agrícolas.

TABELA 10 – MRG DE ITABAIANA: PORCENTAGEM DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS (Resultado do Trabalho de Campo)

	Número	%
Total da MRG	225	100
Serviços Gerais	16	7.2
Castanha	55	24.5
Cerâmica	46	20.4
Autônoma	25	11.2
Comerciante	27	12.1
Doméstica	10	4.4
Costureira	4	1.8
Vigilante	4	1.8
Porteiro	4	1.7
Merendeira	3	1.3
Tesoureira	3	1.3
Casa de Farinha	7	3
Frentista	2	0.8
Professora	6	2.6
Caminhoneiro	3	1.3
Secretária	4	1.7

Pedreiro	3	1.4
Cantor	1	0.5
Monitora do PETI	1	0.4
Pintor	1	0.5
Garçom	1	0.5

Fonte: Trabalho de Campo, 2008.

Ainda, é notável a presença de muitas outras atividades no campo, como serviços gerais, comerciantes, domésticas, autônomos, entre outros, o que torna notório a multifuncionalidade do espaço rural na região de Itabaiana, posto que foi constatado em campo que a população não sai dos povoados para trabalhar na sede do município, já que estes apresentam-se com características urbanas e com funções antes tidas como tipicamente da cidade. Todavia, ainda é muito expressiva as atividades agrícolas nessa microrregião e grande parte da renda das famílias de municípios como Campo do Brito, São Domingos, Macambira, Moita Bonita, Malhador, provém da agricultura, em contrapartida a população dos povoados do município de Itabaiana retiram, predominantemente, sua renda de atividades que não as agrícolas, como é o caso do povoado Carrilho e Rio das Pedras, onde produção de castanha e da indústria ceramista são responsáveis pela geração de renda da maior parte da população.

Levando em consideração a análise feita na microrregião, é visível o elevado nível de miserabilidade, e em particular na zona rural onde há uma maior precariedade dos serviços públicos e do acesso às necessidades básicas como saúde, educação e alimentação. E, diante da pobreza que assola o meio rural do Agreste de Itabaiana, decorrente da ausência de um Estado voltado para o social e da penetração do capitalismo no campo, que leva a uma maior exploração do trabalhador rural, o homem utiliza-se das atividades não-agrícolas como tentativa de contornar a situação precária existente nesse meio e desse modo assegura sua permanência nele.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do que foi discutido anteriormente podemos perceber quão acentuada é a pobreza e o nível de exploração do trabalhador, especialmente o trabalhador da zona rural, e esta é agravada com entrada das relações capitalistas no campo, levando o trabalhador a migrar para as cidades ou continuar no campo sem direitos trabalhistas, aumentando a miserabilidade.

Em decorrência da ausência de recursos que garantam sua sobrevivência no campo, o homem procura estratégias para continuar neste, e associa às atividades agrícolas, já existentes no meio rural, as atividades não-agrícolas. Deste modo tem-se a complementação da renda familiar o que possibilita sua permanência no campo. Essa multifuncionalidade levou o rural a mudar o cerne que sempre levou à distinção entre o rural e o urbano (atividades agrícolas e atividades não-agrícolas), portanto ambos os meios tomam feições diferenciadas e cada vez mais dilui a linha demarcatória existente entre estes.

A MRG de Itabaiana não foge à regra no que diz respeito ao índice de indigência e pobreza no campo, e mesmo não havendo grande expressividade da indústria no meio rural, os povoados rurais apresentam-se com características urbanas e levam à multifuncionalidade deste, fazendo aumentar a rentabilidade familiar e a continuidade do homem no campo.

6. REFERÊNCIAS

- PINSK, Jaime (org.). **Capital e Trabalho no campo**. São Paulo: Huctec, 1977.
- SCHENEIDER, Sérgio. **Agricultura Familiar e Industrialização**. Rio Grande do Sul, 1ª edição, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. 153p.
- SCHENEIDER, Sérgio. **Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura no rio Grande do Sul**. Campinas, (Dissertação Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 1994.
- TEDESCO, J.C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999, p.23-56.
- BOTELHO, F. **Considerações sobre o PNAD**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.
- MONTEIRO, M. J. Preços agrícolas: Trinta anos de queda. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, p26-27, fev. 1998.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. O agroturismo brasileiro. In: ALMEIDA, J., RIEDL; M. (Org.) **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, EDUSC, 2000. p. 145-180.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José; **O Novo Rural Brasileiro: Uma análise Estadual Sul, Sudeste e Centro-Oeste**. Jaguariúna –SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M; CAMPANHOLA, C.; O que há de novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, V. 19, n.1, p.37-67, Jan./Abr. 2002.
- PEREIRA, M. T. Agricultura urbana e periurbana. In: **Boletim Qualidade de vida**. Ano2, número 11 abril 2000.
- MARQUES, H. Agricultura a tempo parcial e agricultores Pluriativos no Noroeste de Portugal. In: **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**. I série, V.XXI. Porto, 1994/95, p.39-104.
- GÓMEZ, J. R. M., **Desenvolvimento e controle. Releitura das novas políticas de desenvolvimento rural para o noroeste Paranaense**. (Relatório de qualificação), Maringá: UEM, 2001.
- CALS, J.; CAPELÁ, J.; VAQUÉ, E. **El turismo en desarrollo rural en España**. Madrid, Ministerio da agricultura, 1995.
- ALENTEJANO. Paulo Roberto. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1997. (Dissertação de mestrado)
- Sergipe e Cultura – A sua fonte de pesquisa na internet.